

**MARINHA DO BRASIL**  
**DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA**

**(CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO  
QUADRO TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA  
MARINHA / CP-T/2015 )**

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE  
MATERIAL EXTRA**

**SEGURANÇA DO TRÁFEGO  
AQUAVIÁRIO**

1) Analise as afirmativas abaixo.

Segundo a NORMAM-12/DPC, é dever do Prático:

- I- integrar Bancas Examinadoras pertinentes ao Processo Seletivo à Categoria de Praticante de Prático e ao Exame de Habilitação para Prático, quando designado pela Diretoria de Portos de Costa ou pela Capitania dos Portos.
- II- comunicar à Diretoria de Hidrografia e Navegação as variações de profundidade e de correnteza dos rios, canais, barras e portos, principalmente depois de fortes ventos, grandes marés e chuvas prolongadas, assim como quaisquer outras informações de interesse à segurança do tráfego aquaviário.
- III- comunicar à Capitania dos Portos/ Delegacia/ Agência qualquer alteração ou irregularidade observada na sinalização náutica.
- IV- cooperar nas atividades de busca e salvamento (SAR) e de levantamentos hidrográficos na sua Zona de Praticagem, quando solicitados pela Capitania dos Portos/Delegacia/Agência.

Assinale a opção correta.

- (A) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) Somente as afirmativas II e IV são falsas.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- (D) Somente a afirmativa III é falsa.
- (E) Somente as afirmativas I e II são falsas.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 2) De acordo com os conceitos de tripulação de segurança estabelecidos na NORMAM-01/DPC, assinale a opção correta.
- (A) A validade do Cartão de Tripulação de Segurança é de 5 anos, devendo ser reavaliado sempre que ocorrer alterações que afetem as condições de segurança.
  - (B) O proprietário, o armador ou seu preposto poderá solicitar revisão do Cartão de Tripulação de Segurança à Capitania, à Delegacia ou à Agência.
  - (C) O proprietário, o armador ou seu preposto poderá recorrer à Diretoria Geral de Navegação, em última instância administrativa, da decisão da Capitania, Delegacia ou Agência, quanto à revisão do Cartão de Tripulação de Segurança.
  - (D) A tripulação de segurança será estabelecida de acordo com o laudo pericial elaborado pela Diretoria de Portos e Costas.
  - (E) As embarcações com arqueação bruta menor ou igual a 50 estão dispensadas da emissão do Cartão de Tripulação de Segurança.
- 3) Segundo a NORMAM-15/DPC, nas técnicas de saturação padrão e saturação profunda, o tempo máximo de permanência de um mergulhador sob saturação, em um período de 12 meses consecutivos não poderá ser superior a
- (A) 180 dias.
  - (B) 120 dias.
  - (C) 90 dias.
  - (D) 77 dias.
  - (E) 28 dias.

Prova : Amarela Concurso : CP-T/2015  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

- 4) Segundo a NORMAM-20/DPC, no que se refere ao gerenciamento da água de lastro, assinale a opção correta.
- (A) O Formulário sobre Água de Lastro, devidamente preenchido, deve ser encaminhado ao Agente da Autoridade Marítima da jurisdição do porto de destino pelos comandantes das embarcações ou seus agentes, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a atracação ou fundeio da embarcação.
  - (B) A embarcação deverá manter a bordo um exemplar do formulário sobre Água de Lastro por um período de, pelo menos, cinco anos.
  - (C) Quando a embarcação utilizar o método do Fluxo Contínuo ou de diluição para a troca da Água de Lastro, deverá bombear, no mínimo, duas vezes o volume do tanque.
  - (D) Somente os tanques/porões que tiverem sua água trocada poderão ser deslastrados.
  - (E) As embarcações deverão realizar a troca da Água de Lastro a, pelo menos, 12 milhas náuticas da terra mais próxima e em águas com, pelo menos, 200 metros de profundidade.
- 5) Segundo a NORMAM-15/DPC, assinale a opção que NÃO é considerada condição especial e/ou perigosa em uma operação de mergulho.
- (A) Trabalho com correntezas superiores a um nó.
  - (B) Mergulho em água poluída, contaminada ou em meio líquido especial.
  - (C) Trabalho sem visibilidade (distância igual ou inferior a cinco metros).
  - (D) Mergulhos com mais de 33m de distância do ponto de partida e/ou do sino de mergulho para o local efetivo do trabalho.
  - (E) Mergulho em águas glaciais (temperatura da água abaixo de 5°C).

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 6) Com relação ao gerenciamento da água de lastro de navio, assinale a opção que apresenta o tipo de embarcação isenta do cumprimento da NORMAM-20/DPC, embora deva operar de modo a evitar ao máximo a contaminação do meio ambiente pelo deslastro da Água de Lastro e seus sedimentos.
- (A) Navio de guerra.
  - (B) Embarcação de carga com arqueação bruta menor que 500.
  - (C) Embarcação de pesca com arqueação bruta menor que 50.
  - (D) Embarcação de passageiros.
  - (E) A embarcação de esporte e recreio usada somente para recreação/competição com mais de 50 metros de comprimento.
- 7) Com relação aos coletes salva-vidas e a suas classes de emprego, a NORMAM-05/DPC estabelece que coletes salva-vidas Classe V Especial são aqueles
- (A) fabricados conforme requisitos previstos na convenção SOLAS, para serem utilizados nas embarcações empregadas na navegação em mar aberto e nas plataformas.
  - (B) destinados ao uso nas embarcações empregadas na navegação interior, sem levar em conta os requisitos previstos na convenção SOLAS.
  - (C) empregados em atividades esportivas que se utilizam de corredeiras, tipo "rafting" ou outras atividades reconhecidas como de águas brancas.
  - (D) utilizados por longos períodos, por pessoas envolvidas em trabalhos realizados próximos à borda da embarcação, cais ou suspensos por pranchas ou outros dispositivos que corram o risco de queda na água.
  - (E) fabricados conforme os requisitos da convenção SOLAS para emprego em águas interiores.
- 8) Conforme previsto no Art. 26 da Lei 9.537/97, a quem compete fixar anualmente, considerando a gravidade da infração, o valor das multas?
- (A) Comando da Marinha.
  - (B) Diretor de Portos e Costas.
  - (C) Poder Executivo.
  - (D) Capitão dos Portos da região da ocorrência da infração.
  - (E) Ministério da Defesa.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 9) Com relação ao que está previsto no Capítulo 3 da NORMAM-01/DPC sobre construção, alteração, reclassificação e regularização de embarcações, assinale a opção correta.
- (A) Certificado de Classe corresponde ao Certificado emitido por uma Sociedade Classificadora para atestar que a embarcação atende às regras da Autoridade Marítima, no que couber à classe selecionada.
  - (B) Certificado de Segurança da Navegação é o certificado emitido para uma embarcação com arqueação bruta maior que 500 para atestar que as vistorias previstas nas Normas da Autoridade Marítima foram realizadas nos prazos previstos
  - (C) Embarcação de Pesca é toda embarcação de carga destinada exclusiva e permanentemente à captura dos seres vivos que tenham nas águas seu meio natural ou mais frequente de vida.
  - (D) Unidade de Produção e Armazenamento (FPSO) é uma embarcação que presta serviços de apoio às atividades das plataformas de perfuração e/ou produção, como geração de energia elétrica, hotelaria e facilidades de manutenção.
  - (E) Embarcação de Passageiro é toda embarcação que transporte mais de 15 passageiros.
- 10) Segundo a NORMAM-20/DPC, constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, o autuado poderá oferecer defesa contra o auto de infração no prazo de quantos dias contados da data da ciência da autuação?
- (A) Trinta
  - (B) Vinte.
  - (C) Quinze.
  - (D) Dez.
  - (E) Cinco.

Prova : Amarela Concurso : CP-T/2015  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

- 11) Com relação aos registros operacionais a serem efetuados pelas embarcações, de acordo com a NORMAM-01/DPC, assinale a opção correta.
- (A) O Diário de Navegação deverá ser escriturado apenas nas embarcações classificadas como longo curso e cabotagem.
  - (B) Após seu encerramento, o Diário de Navegação será mantido a bordo, durante um ano, à disposição das autoridades fiscalizadoras e, findo esse prazo, deverá ser encaminhado à Empresa para arquivamento durante cinco anos.
  - (C) O Diário do Serviço de Comunicações é o livro destinado ao registro de todas as informações, ocorrências e dados relativos ao serviço rádio a bordo de uma embarcação mercante, para resguardo da vida humana no mar.
  - (D) Compete apenas às Capitânicas, Delegacias ou Agências solicitar, a qualquer momento, o Diário de Navegação para verificação e conhecimento dos dados registrados.
  - (E) Após seu encerramento, o Diário do Serviço de Comunicações será mantido a bordo, durante um ano, à disposição das autoridades fiscalizadoras.
- 12) Com relação ao capítulo IV da Lei 9.966/2000 (Lei do Óleo), que trata da descarga de óleo, de substâncias nocivas ou perigosas e de lixo, assinale a opção correta.
- (A) A descarga de óleo ou outras misturas oleosas poderá ser excepcionalmente tolerada para a salvaguarda da vida humana.
  - (B) Para efeito de descarga, os esgotos sanitários e águas servidas das plataformas equiparam-se à água de lastro.
  - (C) É vedada a descarga de água subsequentemente, adicionada ao tanque lavado, em quantidade inferior a dez por cento do seu volume total.
  - (D) A descarga de resíduos sólidos das operações de perfuração de poços de petróleo é objeto de regulamentação específica da Superintendência do meio ambiente da Diretoria de Portos e Costas.
  - (E) A descarga de qualquer tipo de plástico só poderá ser realizada em área ecologicamente sensível após a autoridade competente ser notificada.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 13) Conforme previsto na Seção V da NORMAM-05/DPC (Embarcações de Sobrevivência), por quanto tempo uma balsa salva-vidas deverá ser capaz de se manter flutuando, expostas ao tempo?
- (A) 12 dias
  - (B) 15 dias
  - (C) 20 dias
  - (D) 24 dias
  - (E) 30 dias
- 14) Conforme estabelecido na NORMAM-02/DPC, no que se refere à navegação em canais e eclusas, assinale a opção correta.
- (A) O termo "unidade integrada" caracteriza um grupo de embarcações que navegam rigidamente integradas, formando uma só embarcação.
  - (B) O termo "comboio" caracteriza um grupo de, no máximo, três embarcações que navegam de forma integrada, mas não de forma rígida.
  - (C) Canal Intermediário é aquele que faz a ligação entre vários canais no mesmo nível.
  - (D) Apenas embarcações que transportem mercadorias perecíveis terão prioridade de passagem em uma eclusa.
  - (E) O termo "dique" caracteriza uma instalação que permite à embarcação vencer o desnível de uma barragem no leito do curso d'água.

Prova : Amarela Concurso : CP-T/2015  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

- 15) De acordo com a NORMAM-01/DPC, correlacione os termos a suas definições e assinale, em seguida, a opção correta.

| TERMOS                      | DEFINIÇÕES  |
|-----------------------------|---|
| I - Deslocamento            | ( ) Deslocamento que tem a embarcação quando flutuando em sua condição de maior imersão.  |
| II - Porte bruto            | ( ) Peso total da embarcação em determinada condição de carregamento.   |
| III- Deslocamento carregado | ( ) Expressão da capacidade útil da embarcação.   |
| IV - Arqueação Bruta        | ( ) Expressão do tamanho total de uma embarcação, sendo um parâmetro adimensional.  |
| V - Arqueação Líquida       | ( ) Diferença entre o deslocamento carregado e o deslocamento leve, e caracteriza a quantidade de carga que o navio pode transportar.<br>( ) Largura máxima da embarcação, medida na seção mestra, até a linha moldada das cavernas para embarcações de casco metálico. |

- (A) (III) (-) (IV) (I) (V) (II)  
(B) (I) (II) (III) (IV) (V) (-)  
(C) (III) (I) (II) (-) (IV) (V)  
(D) (III) (I) (V) (IV) (II) (-)  
(E) (I) (III) (-) (V) (II) (IV)

- 16) Com relação às balsas salva-vidas infláveis, a NORMAM-05/DPC estabelece que suas marcações deverão indicar

- (A) o tipo de ração sólida.  
(B) o porto de registro do navio em que estiver instalada.  
(C) o cartão de tripulação de segurança.  
(D) a data da homologação.  
(E) o certificado ISO.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 17) Conforme previsto na NORMAM-01/DPC, no que se refere a vistorias e certificações das embarcações, assinale a opção correta.
- (A) As vistorias são subdivididas em dois tipos: Vistoria Inicial e Vistoria Periódica.
  - (B) As vistorias periódicas englobam as vistorias de renovação, intermediárias e especiais.
  - (C) Para a vistoria anual é obrigatória a docagem da embarcação.
  - (D) A vistoria intermediária é aquela que se realiza para endosso do Certificado de Segurança da Navegação, não sendo necessária a docagem da embarcação.
  - (E) Vistoria Inicial é a que se realiza durante e/ou após a construção, modificação ou transformação da embarcação, com vistas à expedição do Certificado de Segurança da Navegação.
- 18) De acordo com a Seção IV, cap. 2, da NORMAM-01/DPC, que trata do Registro Especial Brasileiro, assinale a opção correta.
- (A) O pré-registro, o registro, a manutenção em cadastro e os respectivos cancelamentos serão efetuados pela Capitania dos Portos.
  - (B) Para efetivação do Registro Especial Brasileiro, se a embarcação for brasileira, o interessado deve providenciar a inscrição no Tribunal Marítimo.
  - (C) As Capitánias e Delegacias, após receberem solicitação formal do interessado para a Inscrição no Registro Especial Brasileiro, deverão emitir a Certidão Provisória de Embarcação para o Registro Especial Brasileiro.
  - (D) O registro no Registro Especial Brasileiro depende da inexistência de débitos do proprietário ou afretador da embarcação brasileira, ou da afretadora de embarcação estrangeira com o setor público federal.
  - (E) O registro no Tribunal Marítimo de embarcações estrangeiras afretadas a casco nu, com suspensão provisória de bandeira, no Registro Especial Brasileiro, está condicionada à autorização da Autoridade Marítima.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 19) A Lei 9.537/97 prevê a aplicação de medidas administrativas e penalidades que não eximem o infrator da devida responsabilização nas esferas cível e criminal. De acordo com o art. 25 dessa lei, assinale a opção que especifica uma penalidade aplicável ao infrator.
- (A) Suspensão do certificado de habilitação.
  - (B) Embargo da obra.
  - (C) Apreensão do certificado de habilitação.
  - (D) Embargo de construção, reparo ou alteração de características de embarcação.
  - (E) Apreensão retirada do tráfego ou impedimento da saída da embarcação.
- 20) Por força da Resolução 1 da Conferência dos Governos Contratantes da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar 1974 (SOLAS 74), foram adotadas emendas ao Capítulo XI da referida convenção, de forma a implementar o Código Internacional para Proteção de Navio e Instalações Portuárias (ISPS CODE), que estabelece o Registro Contínuo de Dados (RCD).

De acordo com o que estabelece o capítulo 2 da NORMAM-01/DPC, com relação ao Registro Contínuo de Dados, assinale a opção correta.

- (A) Aplica-se às embarcações SOLAS de bandeira brasileira que efetuem viagens internacionais.
- (B) Uma cópia do Registro Contínuo de Dados será mantida em arquivo no Tribunal Marítimo.
- (C) Caberá à Capitania dos Portos a emissão do Registro Contínuo de Dados, mediante apresentação da documentação necessária à comprovação dos dados que serão registrados no referido documento.
- (D) O Registro Contínuo de Dados será preenchido com os dados fornecidos pela DPC, caso a embarcação esteja registrada no Tribunal Marítimo.
- (E) Quando uma embarcação tiver sido transferida de bandeira, a companhia deverá solicitar, à Administração da nova bandeira, que requeira ao Tribunal Marítimo uma cópia o Registro Contínuo de Dados cobrindo o período em que a embarcação esteve arvorando a bandeira brasileira.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 21) De acordo com a NORMAM-01/DPC, no que se refere às Convenções e aos códigos internacionais e à certificação aplicáveis às plataformas, assinale a opção correta.
- (A) As plataformas fixas e móveis deverão cumprir os requisitos estabelecidos na Convenção MARPOL.
  - (B) As plataformas fixas estão sujeitas à Convenção SOLAS.
  - (C) As convenções e os códigos internacionais aplicam-se indistintamente às plataformas fixas e às plataformas móveis.
  - (D) As plataformas móveis autopropulsadas e as plataformas fixas não estão sujeitas ao Código ISM.
  - (E) As plataformas fixas estão sujeitas à Convenção Internacional de Linhas de Carga - LL 66.
- 22) Conforme a NORMAM-06/DPC, o reconhecimento dado às Sociedades Classificadoras será automaticamente \_\_\_\_\_ ao término do seu período de validade, sempre que não se solicite sua \_\_\_\_\_. Entretanto, sempre que uma das partes não tenha interesse em efetivar a \_\_\_\_\_ de acordo já existente, deverá participar à outra parte com pelo menos \_\_\_\_\_ de antecedência.
- (A) renovado / revogação / revogação / seis meses
  - (B) revogado / renovação / renovação / doze meses
  - (C) renovado / revogação / revogação / doze meses
  - (D) renovado / renovação / renovação / seis meses
  - (E) revogado / renovação / renovação / seis meses
- 23) A Lei 9.605/1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Com base nessa lei, assinale a opção que apresenta circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime.
- (A) O agente ter cometido a infração para obter vantagem política.
  - (B) O agente ter cometido a infração durante o dia.
  - (C) Reincidência nos crimes de qualquer natureza.
  - (D) O agente ter cometido a infração em épocas de seca ou inundações.
  - (E) O agente ter cometido a infração em dias úteis.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 24) Com relação à tripulação das plataformas, Unidade de Produção e Armazenamento (FPSO), Unidade Estacionária de Armazenamento e Transferência (FSU) e navios sondas de prospecção, conforme estabelecido na NORMAM-01/DPC, assinale a opção correta.
- (A) A tripulação de segurança das plataformas fixas e móveis, FPSO, FSU e Navios sonda de prospecção ou exploração de petróleo, é composta exclusivamente por aquaviários.
  - (B) A tripulação de segurança das plataformas fixas e móveis, FPSO, FSU e Navios sonda de prospecção ou exploração de petróleo é estabelecida em função da região da operação.
  - (C) Gerente de Instalação Offshore é a pessoa designada oficialmente pelo armador, proprietário ou empresa, como responsável maior pela plataforma, ao qual todo pessoal de bordo está subordinado.
  - (D) Supervisor de Embarcação é o encarregado do controle da operação de lastro em unidades fixas.
  - (E) A função de Operador de Controle de Lastro, que é o profissional responsável pela condução das operações de lastro em unidades móveis, deve ser exclusivamente exercida por aquaviário.
- 25) Com relação à inscrição e registro de embarcação estabelecidos na NORMAM-02/DPC, assinale a opção correta.
- (A) As embarcações com Arqueação Bruta menor ou igual a 40 estão isentas de inscrição.
  - (B) As embarcações miúdas sem propulsão estão sujeitas à inscrição simplificada.
  - (C) As embarcações miúdas com propulsão a motor, com comprimento inferior a 20m, estão isentas de inscrição.
  - (D) O pedido de inscrição de embarcação deve ser efetuado em um prazo de 90 dias, a contar da data do Termo de entrega da embarcação, quando construída no Brasil.
  - (E) Os dispositivos flutuantes sem propulsão destinados a ser rebocados, com até 10m de comprimento, estão dispensados de inscrição.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 26) De acordo com a NORMAM-06/DPC, Acordo de Reconhecimento é o documento firmado entre a Autoridade Marítima Brasileira e a Sociedade Classificadora reconhecida para atuar em seu nome, o qual estabelece o escopo e as condições específicas de cada reconhecimento. Tal documento terá validade de
- (A) até cinco anos e poderá ser renovado ao final desse período, mediante requerimento do interessado.
  - (B) até doze meses e poderá ser renovado ao final desse período, mediante requerimento do interessado.
  - (C) até cinco anos e não poderá ser renovado após esse período.
  - (D) até dois anos e poderá ser renovado ao final desse período, mediante requerimento do interessado.
  - (E) até doze meses e não poderá ser renovado após esse período.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

27) Exceções são situações emergenciais ou particulares que dispensam a aplicação das diretrizes gerais estabelecidas na NORMAM-20/DPC que devem ser comunicadas ao Agente da Autoridade Marítima da jurisdição do porto de destino. Com relação às exceções, coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo e assinale, a seguir, a opção correta.

- ( ) Casos de força maior ou de emergência, para resguardar a segurança da vida humana e/ou da embarcação.
- ( ) Quando for necessária a captação ou descarga da Água de Lastro e sedimentos nela contidos para garantir a segurança de uma embarcação e das pessoas a bordo em situações de emergência ou salvamento de vida humana no mar.
- ( ) Quando ocorrer descarga intencional da Água de Lastro e sedimentos nela contidos resultante de dano à embarcação ou seus equipamentos, desde que todas as precauções razoáveis tenham sido tomadas, antes e depois da ocorrência ou descoberta do dano ou descarga.
- ( ) Quando a captação e descarga da Água de Lastro e sedimentos nela contidos for realizada com a finalidade de evitar ou minimizar incidentes de poluição causados pela embarcação.
- ( ) Quando a descarga da Água de Lastro e sedimentos nela contidos realizar-se em locais diferentes de onde a totalidade daquela Água de Lastro e seus sedimentos se originaram e contanto que nenhuma mistura com Água de Lastro e sedimentos de outras áreas tenha ocorrido.

- (A) (V) (F) (V) (V) (F)
- (B) (V) (V) (F) (V) (F)
- (C) (F) (F) (F) (F) (F)
- (D) (F) (V) (V) (F) (V)
- (E) (V) (V) (F) (F) (V)

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

28) Segundo a NORMAM-06/DPC, no que se refere à certificação, assinale a opção correta.

- (A) Poderão ser emitidos certificados condicionais sempre que for observada qualquer restrição burocrática que impeça a emissão imediata de certificado correspondente a ciclo de vistorias já concluído de forma satisfatória, sem qualquer deficiência pendente.
- (B) Poderão ser emitidos certificados provisórios sempre que forem constatadas, durante vistorias, inspeções, perícias ou auditorias, deficiências menores que não afetem a condição do navio se fazer ao mar sem perigo.
- (C) Somente a Sociedade Classificadora poderá prorrogar, em casos extraordinários, a validade de um certificado estatutário.
- (D) Os certificados serão automaticamente cancelados se não receberem o endosso ou se as inspeções e vistorias não forem efetuadas dentro do período especificado em sua respectiva regulamentação.
- (E) A Sociedade Classificadora ou a Diretoria de Portos e Costas poderão emitir o Certificado de Isenção ou dispensar uma embarcação do atendimento a qualquer item previsto nas normas e regulamentos aplicáveis.

29) Conforme o Art. 33 da Lei 9.605/1998, a pena por provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes de fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras é de

- (A) detenção, de três meses a um ano, e multa.
- (B) detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas cumulativamente.
- (C) detenção de três anos e multa.
- (D) reclusão, de um a três anos, e multa.
- (E) reclusão, de um a três anos, ou multa, ou ambas cumulativamente.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 30) Segundo o Capítulo I do Decreto 4.136/2002, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei 9.966, assinale a opção correta.
- (A) Plano de emergência é o conjunto de procedimentos e ações que visam à integração dos diversos planos de contingência setoriais, bem como a definição dos recursos humanos, materiais e equipamentos complementares para o combate à poluição das águas.
  - (B) Plano de contingência é o conjunto de medidas que determinam e estabelecem as responsabilidades setoriais e as ações a serem desencadeadas imediatamente após um incidente.
  - (C) Autoridade marítima é exercida diretamente pelo Diretor de Portos e Costas, responsável pela salvaguarda da vida humana e segurança da navegação no mar aberto e hidrovias interiores.
  - (D) Autoridade portuária é a autoridade responsável pela administração do porto organizado, competindo-lhe fiscalizar as operações portuárias e zelar para que os serviços se realizem com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente.
  - (E) Tanque de resíduos é qualquer tanque destinado especificamente a depósito provisório de todo tipo de sobra de víveres e resíduos resultantes de faxinas e trabalhos rotineiros nos navios.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

31) Considerando o que estabelece o capítulo 5 da NORMAM-03/DPC, assinale a opção que completa corretamente as lacunas das sentenças abaixo.

I - \_\_\_\_\_ é todo aquele que possui habilitação certificada pelo Representante da Autoridade Marítima para Segurança do Tráfego Aquaviário (DPC) para operar embarcações de esporte e/ou recreio, em caráter não profissional.

II - \_\_\_\_\_ é a pessoa apta para conduzir embarcações entre portos nacionais e estrangeiros, sem limite de afastamento da costa, exceto moto aquática.

III- \_\_\_\_\_ é o documento que comprova a realização de três horas de aula prática em moto aquática e que obrigatório para quem pretende habilitar-se na categoria de motonauta.

IV - \_\_\_\_\_ é o documento obrigatório para quem pretende habilitar-se na categoria de arrais-amador e que comprova a realização de embarque de seis horas em embarcações de esporte e/ou recreio.

V - A Carteira de Habilitação de Amador tem validade em todo território nacional por um período de \_\_\_\_\_ anos, a partir da data da emissão.

- (A) I - aquaviário/ II - mestre-amador/ III - declaração de Frequência / IV - declaração de embarque / V - 05 anos
- (B) I - amador/ I - mestre-amador/ III - atestado de embarque/ IV - declaração de embarque/ V - 10 anos
- (C) I - Amador / II - capitão-amador / III - declaração de embarque/ IV - atestado de embarque/ V - 05 anos
- (D) I - amador / II - capitão-amador / III - declaração de frequência / IV - atestado de embarque/ V - 10 anos
- (E) I - Aquaviário / II - capitão-amador / III - declaração de Frequência / IV - atestado de embarque/ V - 10 anos

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

32) Nos casos em que for constatado um estado de embriaguez de um condutor de embarcação, cujo limite de teor alcóolico seja até três décimos de miligramas por litro de ar expelido dos pulmões, com margem de tolerância de um décimo de miligrama por litro de ar, será iniciada a aplicação de procedimentos administrativos. De acordo com a NORMAM-07/DPC, quais as medidas administrativas poderão ser tomadas no decorrer do procedimento administrativo?

- (A) Suspensão da habilitação e apreensão da embarcação.
- (B) Apreensão da embarcação e multa.
- (C) Retenção da habilitação e impedimento da saída de embarcação.
- (D) Cancelamento da habilitação e multa.
- (E) Retenção da habilitação e apreensão da embarcação.

Prova : Amarela Concurso : CP-T/2015  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

33) Segundo o artigo 23 da Lei 9.537/97, ao ser constatada uma infração, será lavrado o Auto de Infração (AI) pela autoridade competente designada pela autoridade marítima. A partir do recebimento do respectivo Auto de Infração pelo infrator, alguns procedimentos e prazos legais devem ser cumpridos visando, principalmente, assegurar o contraditório e a ampla defesa. De acordo com essa lei, assinale a opção correta que apresenta os prazos e procedimentos legais que devem ser cumpridos no transcurso de um processo administrativo, após o recebimento do Auto de Infração.

- (A) O infrator disporá de quinze dias corridos, contados da data de recebimento do Auto, para apresentar sua defesa, e a autoridade marítima disporá de trinta dias úteis para proferir sua decisão, devidamente fundamentada.
- (B) O infrator disporá de oito dias úteis, contados da data de recebimento do Auto, para apresentar sua defesa, e a autoridade marítima disporá de trinta dias úteis para proferir sua decisão, devidamente fundamentada.
- (C) O infrator disporá de cinco dias úteis, contados da data de recebimento do Auto, para apresentar sua defesa, e a autoridade marítima disporá de trinta dias corridos para proferir sua decisão, devidamente fundamentada.
- (D) O infrator disporá de quinze dias úteis, contados da data de recebimento do Auto, para apresentar sua defesa, e a autoridade marítima disporá de trinta dias corridos para proferir sua decisão, devidamente fundamentada.
- (E) O infrator disporá de cinco dias corridos, contados da data de recebimento do Auto, para apresentar sua defesa, e a autoridade marítima disporá de trinta dias corridos para proferir sua decisão, devidamente fundamentada.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

34) Com relação à execução da pesquisa de coisas ou bens, pertencentes à União, encalhados ou submersos em águas sob jurisdição nacional, a NORMAM-10/DPC estabelece que essa pesquisa deverá ser executada no prazo fixado pela Diretoria de Portos e Costas, conforme despacho exarado no requerimento, devendo ser elaborado, mensalmente, e entregue à Capitania, Delegacia ou Agência com jurisdição sobre a área pesquisada, um relatório sobre as atividades desenvolvidas. De acordo com essa norma, esse relatório deverá ser entregue até o

- (A) 2º dia útil do mês subsequente.
- (B) 3º dia útil do mês subsequente.
- (C) 5º dia útil do mês subsequente.
- (D) 8º dia útil do mês subsequente.
- (E) 10º dia útil do mês subsequente.

35) De acordo com a NORMAM-30/DPC - Volume I, o equipamento de simulação deverá ser capaz de simular as características operacionais do Dispositivo Automático de Plotagem Radar (ARPA), as quais, por sua vez, atendem aos padrões de desempenho aplicáveis adotados pela Organização Marítima Internacional, bem como deverá ser capaz de incorporar os recursos descritos abaixo, EXCETO:

- (A) aquisição manual e automática de alvos.
- (B) informação de trajetórias anteriores.
- (C) operação em modo movimento relativo estabilizado e em modo movimento verdadeiro em relação ao mar e ao fundo.
- (D) utilização de áreas de exclusão.
- (E) exibição de tela com apresentação vetorial/gráfica com escala de tempos e de dados.

- 36) De acordo com a NORMAM-11/DPC, um Parque Aquícola é
- (A) o espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquicultura, individuais ou coletivos.
  - (B) uma estrutura de cultivo destinada ao treinamento, capacitação e transferência de tecnologias em aquicultura.
  - (C) uma área destinada ao desenvolvimento, à pesquisa, à avaliação e à adequação tecnológica voltadas para as atividades aquícolas.
  - (D) o espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidos outras atividades compatíveis com a prática da aquicultura.
  - (E) aquele cujo uso será conferido prioritariamente a determinadas populações.
- 37) O Sistema do Ensino Profissional Marítimo é constituído por um Órgão Central, Órgãos de Execução e Órgãos de Apoio, conforme o Anexo A da NORMAM-30/DPC Vol-I. Qual das opções abaixo é considerado um Órgão de Apoio?
- (A) Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar.
  - (B) Delegacia da Capitania dos Portos em São Sebastião.
  - (C) Diretoria de Portos e Costas.
  - (D) Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira.
  - (E) Entidade Privada.
- 38) Durante uma ação de Inspeção Naval, uma embarcação de esporte e recreio foi abordada, e o condutor informou que não possuía o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por embarcações ou por sua carga. Diante da constatação dessa infração pelo Inspetor Naval, no ato da abordagem, qual o procedimento administrativo deverá ser aplicado de acordo com a NORMAM-07/DPC?
- (A) Lavratura do Auto de Infração.
  - (B) Lavratura da Notificação para Comparecimento.
  - (C) A apreensão do certificado de habilitação do condutor.
  - (D) Aplicação de multa.
  - (E) Realização do embargo da obra.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 39) Conforme previsto na Lei 7.573/86, a quem compete, como Órgão Central do Sistema de Ensino Profissional Marítimo, sem prejuízo da subordinação prevista na Estrutura Básica de Organização do Ministério da Marinha, a orientação normativa, a supervisão funcional e a fiscalização específica dos estabelecimentos e organizações navais integrantes desse sistema, no que tange ao ensino?
- (A) À Capitania dos Portos.
  - (B) À Diretoria de Portos e Costas.
  - (C) Aos Centros de Instrução.
  - (D) Ao Distrito Naval.
  - (E) Às Organizações Navais de Ensino Profissional Marítimo.
- 40) De acordo com os conceitos estabelecidos na NORMAM-04/DPC, assinale a opção correta.
- (A) A vistoria de condição é a perícia estrutural e documental que tem como objetivo atestar se o navio apresenta condições estruturais satisfatórias para realizar carregamento de granel e se está com sua documentação estatutária e de classe em dia.
  - (B) Perícia Técnica é uma ação técnico-administrativa de verificação da conformidade da embarcação com os requisitos estabelecidos exclusivamente em normas nacionais, referentes à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e à prevenção da poluição.
  - (C) Passagem inocente, significa a navegação pelo mar territorial com a finalidade de atravessar esse mar sem penetrar nas águas interiores nem fazer escala num ancoradouro ou instalação portuária situada fora das águas interiores.
  - (D) Inscrição temporária é um ato administrativo formalizado por meio da emissão da Declaração de Conformidade para Operação em Águas Jurisdicionais Brasileiras, emitido pelas Capitânicas dos Portos e suas Delegacias, documento sem o qual a embarcação não poderá operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras.
  - (E) Declaração Provisória para Operação em Águas Jurisdicionais Brasileiras é o documento, com validade de até cento e vinte dias, que autoriza a operação da embarcação até a emissão da Declaração de Conformidade para Operação em Águas Judicionais Brasileiras (AJB) em função de deficiências não impeditivas verificadas quando da Perícia Técnica.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

41) A lei nº 7.273/1984, que dispõe sobre a Busca e Salvamento de Vida Humana em Perigo no Mar, nos Portos e nas Vias Navegáveis Interiores, estabelece que a expressão "busca e salvamento" significa todo ato ou atividade efetuados para prestar auxílio à vida humana em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores, considerando que a palavra "socorro" possui o mesmo significado que a expressão "busca e salvamento". Com relação a essa lei, assinale a única opção INCORRETA.

- (A) Qualquer pessoa é obrigada, desde que o possa fazer sem perigo para si ou para outrem, a prestar auxílio a quem estiver em perigo de vida no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.
- (B) A obrigação de prestar auxílio cessa desde que o obrigado tenha conhecimento de que esse serviço não é mais necessário, ou quando dispensado pelo Comandante da embarcação assistida ou pela autoridade naval.
- (C) Comandante deverá lançar no Diário de Navegação, ou em documento similar, as razões que o levaram a decidir pela impossibilidade ou desnecessidade da prestação dos serviços de busca e salvamento de vida humana em perigo no mar, nos portos ou nas vias navegáveis interiores.
- (D) Todo Comandante é obrigado, desde que o possa fazer sem perigo sério para sua embarcação, tripulação, passageiro ou para outra pessoa, a utilizar sua embarcação e meios sob sua responsabilidade para prestar auxílio a quem estiver em perigo de vida no mar, nos portos ou nas vias navegáveis interiores.
- (E) Caberá tão somente à pessoa salva, independentemente de sua nacionalidade, posição ou importância, o pagamento de todos os custos referente à operação de salvamento, independentemente das circunstâncias em que esta foi encontrada.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 42) A NORMAM-08/DPC estabelece procedimentos para despacho de embarcações mercantes que demandam ou transitam nos portos ou terminais aquaviários brasileiros, visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e à prevenção da poluição hídrica causada por embarcações. Com base nessas informações, assinale a opção que apresenta o único tipo de embarcação obrigada a realizar despacho, conforme preconizado na legislação acima mencionada.
- (A) De esporte e/ou recreio.
  - (B) Navios de Guerra.
  - (C) De Estado, não exercendo atividade comercial.
  - (D) De bandeira brasileira, com Arqueação Bruta igual ou inferior a 15.
  - (E) Estrangeira.
- 43) De acordo com a NORMAM-07/DPC, quem é o responsável pelas providências necessárias a anular ou minimizar o risco e, caso o dano se concretize, pelas suas consequências sobre terceiros ou sobre o meio ambiente, sem prejuízo do direito regressivo que lhe possa corresponder, quando a embarcação, coisa ou bem em perigo representar um risco de dano a terceiros ou ao meio ambiente?
- (A) O comandante da embarcação.
  - (B) O proprietário da embarcação.
  - (C) A tripulação.
  - (D) O passageiro.
  - (E) O agente marítimo.
- 44) Conforme preconizado na NORMAM-11/DPC, qual o único tipo de obra em que é exigida a apresentação, dentre outros documentos, do Alvará da Prefeitura?
- (A) Plataformas e Unidades de Produção de petróleo.
  - (B) Cabos e dutos aéreos e estruturas similares.
  - (C) Flutuantes ou outras embarcações fundeadas não destinadas à navegação.
  - (D) Lançamento de petrechos para atração e/ou captura de pescado.
  - (E) Viveiros para aquicultura.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

45) Segundo o Art. 6º da Lei 9.537/1997 - LESTA, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas jurisdicionais brasileiras, a Autoridade Marítima poderá delegar aos Municípios a fiscalização do tráfego e permanência de embarcações que ponham em risco a integridade física de quaisquer pessoas nas áreas adjacentes às praias, quer sejam marítimas, fluviais ou lacustres. Essa delegação poderá ser feita mediante Convênio. Considerando o que estabelece a NORMAM-07/DPC, a quem compete a assinatura de Convênios junto às Prefeituras Municipais?

- (A) Aos Distritos Navais.
- (B) Às Capitânicas dos Portos.
- (C) À Diretoria de Portos e Costas.
- (D) Ao Comando de Operações Navais.
- (E) À Diretoria de Hidrografia e Navegação.

46) Sobre o lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em Águas sob Jurisdição Nacional, compete ao Diretor de Portos e Costas, como Representante da Autoridade Marítima para o Meio Ambiente:

- (A) supervisionar as atividades dos Agentes da Autoridade Marítima subordinados.
- (B) implementar e promover a fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal, estadual ou municipal.
- (C) autuar e aplicar as sanções aos infratores, nas situações previstas na Lei 9966/00 para a Autoridade Marítima.
- (D) promover a fiscalização das embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, e as cargas embarcadas, de natureza nociva ou perigosa, e determinar a autuação dos infratores.
- (E) estabelecer requisitos e elaborar normas para prevenção da poluição por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 47) Um navegador amador deseja realizar, a bordo de uma embarcação de médio porte, uma viagem Rio de Janeiro x Fortaleza. Considerando que esse navegador irá empreender uma singradura baseada na navegação costeira, assinale a opção correta que apresenta os itens mínimos e obrigatórios exigidos no capítulo 4 da NORMAM-03/DPC, para esse tipo de navegação.
- (A) Habilitação na categoria de Mestre-Amador, balsa-salva vidas, colete salva-vidas (tipo III), Apito e Bilhete do Seguro DPEM.
  - (B) Habilitação na categoria de Arrais-Amador, transponder, sino ou buzina manual, certificado e notas de arqueação e apito.
  - (C) Habilitação na categoria de Mestre-Amador, colete salva-vidas (tipo I), epirb, transponder e refletor radar.
  - (D) Habilitação na categoria de Veleiro, Colete salva-vidas (tipo II), apito, rádio HF - SSB e rádio fixo VHF.
  - (E) Habilitação na categoria de Mestre-Amador, sino ou buzina manual, agulha magnética, bandeira nacional e colete salva-vidas (tipo II).

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

48) O Decreto 2.596/1998, que regulamenta a Lei 9.537/1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional estabelece em seu artigo 7º da Seção I do capítulo IV: "constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito desse regulamento, de normas complementares emitidas pela Autoridade Marítima e de ato ou resolução internacional ratificado pelo Brasil, sendo o infrator sujeito às penalidades indicadas em cada artigo", sendo de competência do representante da Autoridade Marítima a prerrogativa de estabelecer o valor da multa e o período de suspensão do Certificado de Habilitação, respeitados os limites estipulados nesse regulamento.

Com relação ao preconizado no Art. 23 desse regulamento, assinale a opção que NÃO corresponde a uma infração às normas de tráfego.

- (A) Conduzir embarcação em estado de embriaguez ou após uso de substância entorpecente ou tóxica, quando não constituir crime previsto em lei.
- (B) Transportar excesso de passageiros ou exceder a lotação autorizada.
- (C) Trafegar em área reservada a banhistas ou exclusiva para determinado tipo de embarcação.
- (D) Deixar de contratar prático quando obrigatório.
- (E) Causar danos a sinais náuticos.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

49) Com relação aos aspectos abordados na lei nº 7.203/1984, que dispõe sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Quando a embarcação, coisa ou bem em perigo representar um risco de dano a terceiros ou ao meio ambiente, o armador ou o proprietário, conforme o caso, será o responsável pelas providências necessárias para anular ou minimizar esse risco e, caso o dano se concretize, pelas suas consequências sobre terceiros ou sobre o meio ambiente, sem prejuízo do direito regressivo que lhe possa corresponder.
- (B) É facultado ao armador ou ao proprietário da embarcação, coisa ou bem em perigo, o direito de escolha do salvador. Entenda-se por salvador todo aquele que presta, prestou ou irá prestar serviço de assistência e salvamento.
- (C) O Comandante da embarcação em perigo deverá tomar todas as medidas possíveis para obter assistência e salvamento e deverá, juntamente com a tripulação, cooperar integralmente com o salvador, envidando seus melhores esforços antes e durante as operações de assistência e salvamento, inclusive para evitar ou minimizar danos a terceiros e ao meio ambiente.
- (D) Quando a assistência e salvamento ocorrerem em águas sob jurisdição nacional e existir envolvimento de embarcação estrangeira nessa operação, a competência para julgar questões pertinentes ou decorrentes desse salvamento é da responsabilidade do tribunal do país da bandeira de origem dessa embarcação.
- (E) Aqueles que estiverem prestando serviços de busca e salvamento e que participarem de operações de assistência e salvamento terão direito à remuneração.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015

- 50) Conforme procedimentos preconizados na NORMAM-09/DPC, assinale a opção correta.
- (A) Somente as Capitâneas e Delegacias poderão instaurar Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação.
  - (B) É considerado como arribada justificada, tornando assim obrigatória a instauração de Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação, a arribada de uma embarcação de pesca estrangeira não autorizada a operar em Águas Jurisdicionais Brasileira.
  - (C) O Inquérito deverá ser concluído, por meio de relatório circunstanciado, no prazo máximo de 60 dias, a contar da data de sua instauração até a ciência e o "de acordo" do Capitão dos Portos ou Delegado. Se houver possível responsável (indiciado), serão necessários a notificação e mais um prazo de oito dias para a Defesa Prévia.
  - (D) A abalroação, ou abalroamento, que é o choque mecânico entre embarcações ou seus pertences e acessórios, é considerada um fato da navegação.
  - (E) Quando uma Agência da Capitania dos Portos tiver o conhecimento da ocorrência de acidente ou fato da navegação, deverá comunicar imediatamente à Capitania a que estiver subordinada. Essa Agência poderá, se autorizado pela Capitania, instaurar o competente Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação.

Prova : Amarela  
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/2015